

Vantagens do calendário

A alteração do calendário fiscal aprovada pela Comissão de Justiça esta semana, na Câmara dos Deputados, que passaria de janeiro a dezembro para de julho de um ano a junho do ano seguinte, não deve prejudicar em nada a tramitação dos orçamentos de 1990 no Congresso, segundo entende o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Segundo o deputado pefelista, se a alteração do calendário fiscal for aprovada na comissão de Finanças e em seguida no Plenário, o governo poderá gastar até março, como determina a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) um doze avos ao mês, evitando, assim, criar

maiores comprometimentos de recursos para o próximo governo.

Depois da posse, o novo presidente da República poderá executar o orçamento fiscal de 1990 por mais três meses.

Tão logo a mensagem encaminhando o novo orçamento chegue ao Congresso, a lei orçamentária anterior poderá ser imediatamente revogada.

Segundo Dornelles, autor da proposta de alteração do ano fiscal, essa nova sistemática vai ser útil em vários sentidos, principalmente porque evita a coincidência da discussão do orçamento com o período de eleições, sempre realizadas no segundo semestre. O ano fiscal de

julho de um ano a junho do ano seguinte já é adotado, segundo Dornelles, pela maioria dos países desenvolvidos, e também pelas instituições internacionais, na elaboração dos seus programas de apoio aos países membros, tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Adotando o mesmo sistema dessas instituições, fica mais fácil para o governo brasileiro adequar-se às exigências formais no pleito de recursos para programas prioritários, segundo entende Francisco Dornelles. (Hélio Rios).

Brasil Popular, defende o aumento de impostos — principalmente maior taxação sobre os bens superfluos — enquanto que Zélia prefere ressaltar a guerra à sonegação fiscal. Na questão do combate à inflação, a assessora de Collor acredita que as reformas propostas (fiscal, administrativa e patrimonial) serão capazes de resolver o problema a curto prazo.

A Frente, segundo Mercadante, estuda o uso de um redutor nos

índices de correção de preços e pretende fortalecer o sistema de controle dos reajustes, colocando representantes dos trabalhadores nas câmaras setoriais. Na política salarial, os dois assessores defendem a livre negociação, mas aos poucos e em parcelas limitadas da massa de trabalhadores.

Dívida externa

Mas é na negociação da dívida externa que aparecem as mais profundas divergências. A Frente Bra-

sil Popular deseja manter a atual suspensão dos pagamentos dos juros aos credores externos; rediscutir as relações com os organismos multilaterais e estabelecer uma auditoria para verificar em que condições foi assumida a dívida. A proposta do PRN é descentralizar a negociação da dívida (cada devedor conversa diretamente com seu devedor); retirar o aval do Tesouro e manter o Estado apenas na coordenação.